

A PARADIPLOMACIA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE RORAIMA

Francisco Gomes Filho*

Alcides Costa Vaz**

RESUMO

Tem por objetivo compreender e analisar, simultaneamente, a política de atuação internacional das unidades governamentais subnacionais, especialmente os governos regionais da Amazônia brasileira, com ênfase no Estado de Roraima. Para tanto, procede-se, inicialmente, uma breve explanação da nova realidade das unidades governamentais subnacionais no campo das relações internacionais. Em seguida, analisa-se a atuação internacional dos governos subnacionais regionais da Amazônia brasileira, destacando o papel de Roraima, nesse novo contexto econômico. E, por fim, destaca-se, nas conclusões, o grau de relevância da política internacional dos governos subnacionais para a promoção do desenvolvimento econômico e social de suas populações.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Paradiplomacia - Amazônia brasileira. Governos Subnacionais.

THE PARADIPLMACY IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN AMAZON: STRATEGIES OF REGIONAL DEVELOPMENT OF THE STATE OF RORAIMA

ABSTRACT

This paper aims to figure out and to analyze, simultaneously, the international action political of the subnational governments, especially the regional governments of the Brazilian Amazon, focusing mainly on the State of Roraima. However, initially a brief explanation of the new reality of the subnational governments in the foreign relations field is carried out. Secondly, the international action of the subnational regional governments is closely analyzed highlighting the role of the State of Roraima, in the new economic context. And finally, in the conclusion, the relevance degree of the foreign politics of the subnational governments for the promotion of the economic and social development of their population is highlighted.

Keywords: Paradiplomacy - Brazilian Amazon. Subnational Governments.

* Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestre em Engenharia de Produção e Doutorando do Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional promovido pela UnB/FLACSO/UFRR. Boa Vista-RR. E-mail: gomes@dcon.ufrr.br

** Professor Doutor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB) e Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, promovido pela UnB/FLACSO/UFRR. Brasília-DF. E-mail: alcides@unb.br

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, marcado pelo fenômeno da globalização econômica, política, social e cultural que afeta a soberania do Estado nacional, a investigação sobre a participação dos governos subnacionais passa a ter maior relevância no mundo da política internacional.

Na medida em que os Estados nacionais vêm perdendo sua capacidade de atuar como agentes promotores do desenvolvimento nacional e regional, ocorre paralelamente um processo de transferência dessa responsabilidade para os níveis de governos subnacionais. Como os estaduais e municipais, no caso brasileiro, por sua vez se sentem impelidos a enfrentar o desafio de sua própria sobrevivência nos planos econômico, social e cultural, desempenhando, então, novas posturas e papéis (MARIANO; BARRETO, 2004).

Esse novo comportamento dos atores governamentais subnacionais não coloca em xeque a atuação do Estado nacional, uma vez que este permanece como protagonista das relações internacionais. No entanto, a participação direta dos entes subnacionais na esfera internacional nem sempre é harmoniosa com a dos governos nacionais, podendo gerar conflitos de competência de ordem constitucional entre eles.

Diante desse novo contexto, o presente trabalho tem por objetivo central contribuir com o acervo existente, no sentido de compreender e analisar, simultaneamente, a política de atuação internacional das unidades governamentais subnacionais, especialmente os governos regionais da Amazônia brasileira, com ênfase no estado de Roraima, como atores paradiplomáticos¹.

Levando-se em consideração o objetivo proposto, o trabalho é de natureza descritiva e explicativa, tendo-se por embasamento científico, o referencial teórico desenvolvido pelos acadêmicos e cientistas políticos, Duchacek (1988, 1990) e Soldatos (1990, 1993), como o ponto de partida para estudar a política de atuação internacional das unidades governamentais subnacionais regionais e locais².

Este trabalho, no entanto, consistiu, inicialmente, de um breve levantamento bibliográfico sobre os tópicos relacionados a essa temática. Em seguida, realizou-se uma entrevista parcialmente estruturada e focalizada para a coleta dos dados empíricos, utilizando-se de um formulário-roteiro com perguntas do tipo abertas junto à Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços (SERI) do Governo do Estado de Roraima. E, por fim, os dados obtidos foram analisados pelo método qualitativo.

Por sua vez, este artigo está dividido em duas partes. Primeiramente, faz-se uma breve explanação da nova realidade das unidades governamentais subnacionais no campo das relações internacionais, evidenciando-se os desafios e as novas oportunidades para esses novos atores internacionais. Na segunda e última parte, analisa-se, detidamente, a política de atuação internacional das unidades governamentais subnacionais regionais brasileiras, destacando o papel dos governos da Amazônia brasileira, em especial o de Roraima, diante desse novo contexto econômico. E, finalmente, nas conclusões, ressalta-se o grau de importância das iniciativas desenvolvidas pelos governos, sobretudo, os regionais, no campo da política internacional.

2 NOVA REALIDADE DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para Lessa (2002), em tese, os estímulos que levam os governos subnacionais a atuarem internacionalmente são geralmente de ordem econômica, política e cultural. Por exemplo, no plano econômico, esses governos buscam captar investimentos, ampliar mercados, promover negócios entre empresas, transferir ou absorver tecnologias e estimular o turismo.

Ainda, nesse sentido, o pré-falado autor acrescenta que em regiões contíguas, os governos subnacionais buscam implementar programas mais duradouros de cooperação transfronteiriça, como na promoção de obras de infraestrutura e na resolução de problemas de interesse comum referentes à produção, ao comércio, à educação, à saúde, ao meio ambiente, entre outros. Buscam também essa cooperação por julgar que os governos centrais não dedicam suficiente atenção às suas necessidades prementes ou não estão suficientemente planejados e equipados para tanto. Muito embora, há casos em que o estímulo às práticas paradiplomáticas constituem políticas planejadas e executadas pelas autoridades centrais como estratégia para garantir a estabilidade e a segurança com os países limítrofes.

Já as razões de ordem políticas que movem os governos subnacionais, como de regiões, províncias, estados, cantões, lãnder, dentre outros nomes não mencionados no momento, para se relacionarem com o meio internacional, são decorrentes de aspirações nacionalistas para alcançarem a independência política ou para obterem um maior reconhecimento junto à comunidade internacional. Como exemplo as Províncias da Catalunha, na Espanha e de Quebec, no Canadá, que embora sem apresentar um projeto de separatismo, buscam afirmar-se como nação pelo seu ativismo no plano forâneo.

Finalmente, as motivações de ordem estritamente cultural são típicas dos chamados Estados multinacionais com relação a suas diásporas.³ Com efeito, os contatos de índole cultural podem revestir-se de uma intenção política ou religiosa. Têm-se como exemplos, os casos do País Basco, na Espanha e, da Irlanda do Norte com relação a suas diásporas, situadas sobretudo nos Estados Unidos, em busca de apoio à causa separatista. Nesse sentido, pode-se dizer que minorias étnicas podem influenciar à mobilização de governos subnacionais locais ou regionais na busca de apoio e assistência em suas pátrias de origem no trato com os governos dos Estados-Nação que as abrigam. Fato esse que se reproduz nos países da Europa e é também visível no sudeste asiático, com respeito à diáspora chinesa.

No Brasil, a concentração de minorias étnicas nos estados do Sul e Sudeste tem constituído motivo para a abordagem paradiplomática de suas regiões de origem, em geral européia, assim como para outros países como o Japão.

Seguindo a tendência dos outros estados do país, no entanto, uma série de iniciativas e convênios internacionais tem sido realizada pelas unidades governamentais subnacionais albergadas na Amazônia brasileira. Um dos casos de atuação internacional, por exemplo, realiza-se com os estados do Acre e de Rondônia, com os departamentos peruanos e bolivianos, respectivamente. Ainda outros processos de intercâmbio internacional têm sido levados à frente pelos estados do Amapá com a Guiana Francesa (França), do Amazonas com a Colômbia e Venezuela e de Roraima com a República Cooperativista de Guiana e também com a Venezuela.

A situação da ascensão internacional dos entes governamentais subnacionais tem-se efetivado de tal maneira que o Estado federal brasileiro institucionalizou em 9 de junho de 1997, através do Decreto n. 2.246/1997, uma unidade administrativa junto ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) para que pudesse conhecer e controlar as ações autônomas externas de seus entes federados, denominada de Assessoria de Relações Federativas (ARF) um órgão que se destina a fazer a interface entre o Itamaraty (Chancelaria brasileira) e governos subnacionais (estaduais e municipais), com o objetivo de melhor captar os interesses e as ações desses governos federados para a formulação e implementação da política externa brasileira. Essa iniciativa do governo federal desenvolveu-se a ponto de serem instalados escritórios de representação do Itamaraty em alguns estados e regiões do país⁴.

Assim, pode-se dizer que a atuação internacional dos governos subnacionais, em parte, pode ser explicada como uma política deliberada de delegação de responsabilidades pelos governos centrais, tendo em vista a crescente complexidade dos assuntos que afetam regiões fronteiriças e das especificidades dos interesses locais. Por outro lado, os governos centrais têm-se deparados com recursos financeiros insuficientes e falta de conhecimentos técnicos e flexibilidade para dar resposta a essa nova realidade. No entanto, há também quem aponte que o crescente envolvimento de governos subnacionais em política internacional, são indícios de um declínio da confiança depositada nos governos centrais nacionais (LESSA, 2002).

3 ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS BRASILEIROS

Do Oiapoque, no estado do Amapá ao Arroio Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, forma-se uma longa linha de fronteira entre o Brasil e outros dez estados nacionais, como França (Guiana Francesa), Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Ao longo dessa linha divisória estão onze estados federados brasileiros, como Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dos quais os seis primeiros estão localizados na Amazônia brasileira, representando a maior parte desses Estados federados fronteiriços.

Por diversas ocasiões, a similitude de problemas econômicos, sociais e ambientais resultantes da proximidade geográfica tem motivado os governos subnacionais de territórios fronteiriços voltarem-se com mais

afinco para seus vizinhos imediatos do outro lado da fronteira, ao invés de procurarem o governo central brasileiro. Assim, pela proximidade física com o meio exterior, esses onze estados federados fronteiriços vêm desempenhando um dinâmico papel internacionalmente, procurando ativar o intercâmbio com seus vizinhos forâneos, no sentido de estabelecerem vínculos comerciais e a identificação de temas de interesse comum, com vistas ao desenvolvimento de programas de cooperação fronteiriça.

Assim, o processo de atuação internacional dos Estados federados brasileiros, incipiente até um passado recente, evoluiu em ritmo bastante acelerado ao longo da última década do século XX, transformando-se de tal forma que, atualmente, não há sequer uma unidade da federação brasileira alheia à dinâmica das relações com o meio internacional.

3.1 DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Conforme aduz Bogéa Filho (2001), os Estados federados localizados na Amazônia brasileira, em virtude de vários fatores, como por exemplo: posicionamento geográfico, grandes extensões territoriais, pequena densidade populacional, modesta infraestrutura viária, pequeno número de fronteiras vivas, dentre outros, mantiveram-se, ao longo dos tempos, como se apenas integrados à estrutura político-administrativa da nação, mas em considerável medida de afastamento da vida nacional.

Nesse sentido, o autor acrescenta que também no plano externo, esse afastamento era significativo, ainda que se tenha o registro de alguns casos de aproximação, às vezes raros, de relações mantidas entre coletividades fronteiriças dos países vizinhos, quando as condições locais comuns os permitiam. Assim, estabeleciam-se relações espontâneas, praticamente sem anuência do poder central e, por assim dizer, quase sem história.

Por sua vez, diferente do que ocorre com os estados do extremo sul do país, os quais com uma fronteira mais viva, sempre estiveram inseridos na formação e no desenvolvimento nacional, o que lhes favoreceram também maior integração na vida externa da nação. E, mais recente, com o processo de integração regional que vem se consolidando a partir da formação do MERCOSUL, tornou-se, ainda, mais efetiva a participação das unidades sulistas nos negócios externos do país.

Porém, nos dias atuais, já se pode observar que esse quadro tem mudado. Os Estados da Amazônia brasileira com fronteiras vivas ou não, vêm fazendo articulações de inserção no plano internacional, sobretudo com os países vizinhos fronteiriços. Citando as palavras do então

Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (informação verbal) que proferiu: "a imagem de fronteira como elemento de união deixa de ser uma exclusividade dos Estados do Sul do Brasil"⁵.

No entanto, parece oportuno assinalar que, por uma questão metodológica e para maior coordenação e compreensão da análise da atuação desses governos subnacionais regionais, optou-se por abordá-los em conjunto ou, às vezes, individualmente, muito embora os mesmos ora, atuam isolados ou se reúnem para manter vínculos com determinado país com o qual compartilham a resolução de problemáticas de interesse comum.

Dentre as unidades governamentais infranacionais regionais da Amazônia brasileira a serem analisadas, pretendeu-se, ainda, expender maiores considerações sobre o estado de Roraima, uma vez que se encontra localizado na parte mais setentrional do Brasil, somando-se a isso, um considerável grau de isolamento geográfico com o restante da nação brasileira. Mas, no entanto, esse Estado vem desenvolvendo uma modelar e dinâmica atuação no plano internacional, sobretudo com a Venezuela e Guiana. Logrando-se, então, dessa atuação internacional, um instrumento eficaz para promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural de sua população. Assim sendo, a seguir, apresentam-se os principais registros de ações internacionais desenvolvidas pelas unidades governamentais aludidas.

Nessa perspectiva, os estados do Amapá, Amazonas e de Roraima têm intercedido junto aos governos centrais do Brasil e da Guiana, Suriname e Guiana Francesa (França) para a implementação do Projeto Arco Norte, uma

rodovia perimetral que interligará as capitais, Boa Vista – Georgetown – Paramaribo – Caiena – Macapá, tendo em vista a importância dessa estrada para esses Estados federados, uma vez que abrirá uma alternativa de novos mercados para produtos agrícolas e manufaturados, principalmente os últimos oriundos do Pólo Industrial de Manaus (PIM), dessa região, bem como servirá de porta de saída dessas categorias de produtos para o Mercado Comum do Caribe (Caricom), mercado europeu, entre outros, através dos portos marítimos de Georgetown e de Caiena.

3.2 DO ESTADO DE RORAIMA

No que pese ao estado de Roraima, pode-se observar que vem envidando esforços, no sentido de estreitar o relacionamento com os seus países limítrofes, Venezuela e Guiana. Atualmente fica patente que com a institucionalização da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços (SERI) tem sido promovido um denso processo de cooperação transfronteiriça com esses países. Sobretudo com a Venezuela, já que existe uma infraestrutura básica, como uma rodovia pavimentada que interliga a capital desse Estado a todo território venezuelano.

Dentre esse intenso processo de cooperação com a República Bolivariana de Venezuela, porém, sob o amparo das relações amistosas entre os dois governos centrais nacionais, pode-se, então, incluir a implementação de projetos em diversas áreas,⁶ como de energia, com o fornecimento de eletricidade, através da interconexão da usina de Macagua II (Complexo de Guri), da região de Guayana à cidade de Boa Vista. Para o meio ambiente, o zoneamento econômico e ecológico da região de fronteira e a recuperação de áreas degradadas pela mineração. Já no campo da

Além dessas oportunidades apresentadas, propiciará o acesso de aproximadamente 1,5 milhões de pessoas desses países vizinhos, permitindo assim, o incremento do turismo para a toda a Amazônia brasileira, por meio de atrativos do ecoturismo amazônico, dos sítios arqueológicos pré-históricos, das cachoeiras, do artesanato e cultura indígena, dentre outros. Por outro lado, oferecerá aos brasileiros, sobretudo os dessa região, o turismo nos países caribenhos e da Europa, como também ampliará o acesso de um conjunto diversificado de produtos importados a preços competitivos.

educação, incluem-se os cursos de formação superior em Comércio Exterior e Licenciatura em Língua Portuguesa realizada na cidade de Pacaraima em que 50% das vagas são destinadas aos venezuelanos.

No que se refere à área de segurança, sobretudo a interna, o governo de Roraima promove treinamento de atualização para policiais civis venezuelanos, através do seu Instituto Superior de Segurança Pública. E, por fim, na facilitação do comércio e de pessoas entre os dois países e, mais recentemente, tem-se por parte do governo da Venezuela, a criação de um ponto de suprimento de combustível para veículos na cidade de Santa Elena de Uairen, destinando-se aos brasileiros residentes em Pacaraima, cidade fronteira com esse país e, também para turistas nacionais em visita àquela cidade venezuelana, com preços entre os praticados no Brasil e na Venezuela, ou seja, preços mais acessíveis.

Com relação à República Cooperativista da Guiana, o processo de cooperação ainda está um pouco modesto. Mas, atualmente, o governo roraimense tem como prioridade promover

articulações para a implementação dos projetos de construção da ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira Brasil e Guiana, respectivamente, nas cidades de Bonfim – Lethen e, a compactação e asfaltamento da rodovia Lethen-Georgetown, no território guianense. Sendo que o primeiro projeto, encontra-se em estado bem adiantado de construção, com previsão de término no final de 2008 e o segundo, ainda está em processo de negociação no âmbito dos dois governos centrais nacionais, embora com intensas articulações por parte dos governos subnacionais regionais interessados na concretização desse projeto, mormente os governos dos estados do Amazonas e de Roraima.

Vale ressaltar que os dois municípios fronteiriços brasileiros, Bonfim e Pacaraima são considerados áreas de livre comércio no estado de Roraima, muito embora, ainda não implantadas pelo Governo Federal. Outro fato importante a ser destacado, refere-se à existência dos consulados da Venezuela e da Guiana, em Boa Vista, fato esse que permite servir de canal de entendimentos diretos com as autoridades desses países, aumentando assim, o processo de integração das regiões fronteiriças.

Fora do contexto sul-americano, o estado de Roraima vem mantendo relacionamentos com a Europa, Ásia e Estados Unidos, embora de forma mais moderada, com vistas à promoção de exportação de móveis, madeiras e seus derivados e, de grãos, mais especificamente a soja, bem como na divulgação das potencialidades do Estado e dos grandes investimentos realizados recentemente em infraestruturas. Tudo isso, visando à captação de recursos estrangeiros para fomentar seus projetos de desenvolvimento socioeconômicos.

Para este estudo, a análise da política de atuação internacional do governo roraimense,

denota o quanto novas estratégias de promoção de desenvolvimento regional, podem ser exploradas no meio internacional. Mesmo assim, ainda não se pode dizer que os Estados do Norte do Brasil têm avançado no campo das relações internacionais tanto quanto os do Sul com seu entorno efetivamente mercosulino, tendo em vista que ainda existe uma série de deficiências a serem suplantadas em relação aos Estados sulistas, tais como: infraestruturas básicas, e adequadas, recursos materiais e financeiros disponíveis, recursos humanos qualificados, dentre outras.

Dessa forma, pode-se dizer até pouco tempo que os Estados nortistas, como unidades federadas brasileiras, faziam parte do processo de integração regional do Cone Sul –MERCOSUL apenas *de jure*, mas não *de facto*, devido à localização geográfica e distância dos principais mercados dos países integrantes desse bloco de integração regional.

No entanto, hoje, essa realidade já se apresenta bastante diferente, em virtude de um conjunto de iniciativas empreendidas para ampliar as relações econômicas, sociais e culturais com os países fronteiriços imediatos, de sorte que se possa efetivamente despontar o portal de integração do eixo norte do MERCOSUL que se começa a delinear com a adesão da Venezuela a esse bloco e somando-se a isso, os esforços envidados pelos governos subnacionais regionais da Amazônia brasileira, com vistas à concretização da nova formatação desse bloco integracionista regional sul-americano.

E por último, faz-se mister, destacar que a mediação do governo central brasileiro tem sido crucial na interlocução das iniciativas desses governos subnacionais regionais na seara internacional.

4 CONCLUSÕES

O principal objetivo deste artigo, tal como visto na sua Introdução, era contribuir, no sentido de compreender e analisar, simultaneamente, a política de atuação das unidades governamentais subnacionais, em especial os governos regionais da Amazônia brasileira, com ênfase no estado de Roraima, no campo da política internacional.

O ponto de partida dessa análise foi a idéia, bastante difundida na literatura contemporânea, de que o fenômeno da globalização tem marcado uma nova realidade, mais precisamente a partir dos anos de 1990, suscitando cada vez mais uma intensa relação de interdependência entre os Estados nacionais. Chegando-se, então, a questionar até que ponto, os Estados-Nação tiveram sua capacidade reduzida na oferta de bens e serviços as suas populações sem terem que apelar para a cooperação internacional ou envolverem suas unidades governamentais subnacionais nesse processo de relacionamento recíproco.

Com isso, pode-se dizer atualmente, que as problemáticas de ordem econômica e social não podem ser solucionadas de modo satisfatório sem a cooperação entre outros Estados nacionais ou mesmo com o emprego de agentes não centrais, nesse caso, os governos subnacionais regionais e locais. Essa assertiva pode ser constatada pela demanda desses novos tipos de atores paradiplomáticos de ocuparem espaços internacionais que anteriormente só podiam ser pleiteados por governos ditos soberanos, o que os limitavam de participação na formulação e na execução de políticas públicas dos seus governos centrais.

Em parte, a ascensão dos governos subnacionais na esfera das relações internacionais, pode ser explicada como uma articulação política de deliberação própria ou dos governos centrais, em nome do desenvolvimento econômico e social

de suas populações. Tudo isso está vinculado às mudanças ocorridas no sistema internacional, impulsionadas pelo processo de globalização econômico vigente que abre espaços para a formação de novos blocos de integração regional e, conseqüentemente, favorece a intensificação de ações internacionais das unidades governamentais não centrais que visam encontrar soluções inovadoras para seus problemas.

Nesse sentido, conclui-se que os governos subnacionais regionais da Amazônia brasileira, em tese, vêm-se empenhando em intensificar as relações de cooperação transfronteiriça com países amazônicos mais próximos, como também na ampliação de relacionamentos cooperativos com outros países fora do contexto sul-americano. Tudo isso, visando encontrar alternativas para a resolução de problemáticas nas áreas econômica e social de suas populações.

E, sendo, o governo do estado de Roraima, principal unidade de análise deste trabalho, constata-se que o mesmo tem procurado encontrar nos países amazônicos, parcerias que possam atender as suas expectativas de ordem econômica, social e cultural, esforçando-se, então, para identificar nesses países, sobretudo nos vizinhos imediatos do outro lado da fronteira, como a Venezuela e a Guiana, uma oportunidade estratégica a ser explorada em benefício do desenvolvimento regional das coletividades envolvidas.

E, finalmente, no que pese ao ensinamento colhido neste trabalho, pode-se inferir de forma geral, que é a da necessidade de uma participação cada vez maior por parte dos governos subnacionais na seara internacional, para que eles busquem um desenvolvimento socioeconômico para suas comunidades frente a essa nova realidade.

NOTAS

- 1 Em tese, trata-se das ações realizadas por atores não estatais no campo das relações internacionais, quer sejam eles, governos não centrais ou outros agentes de natureza não governamentais.
- 2 A escolha por Duchacek e Soldatos como referência teórica para esta investigação, não exclui a incorporação do pensamento de outros autores relevantes para o estudo do tema, tais como: Latouche (1988), Aldecoa (1999), Hocking (1999), Keating (1999), Kincaid (1990 e 1999), Prieto (1999), Vigevani et al. (2004 e 2005) e, dentre outros autores nacionais e internacionais que se preocupam em entender a ascensão internacional dos governos subnacionais regionais e locais.
- 3 Refere-se à dispersão de povos por motivação política ou religiosa, em virtude de perseguição de grupos dominadores intolerantes.
- 4 Atualmente, o Ministério de Relações Exteriores conta com oito escritórios de representação: na Região Norte com sede em Manaus – AM; na Região Nordeste com sede em Recife – PE; em São Paulo, São Paulo – Capital; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Capital; Minas Gerais, em Belo Horizonte; Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Paraná, em Curitiba e Santa Catarina, em Florianópolis.
- 5 Discurso proferido pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso por ocasião de um jantar no Itamaraty em 1999, em homenagem ao Presidente venezuelano, Hugo Chávez.
- 6 Entrevista realizada com o Sr. Sérgio Pillon Guedes, Secretário Estadual de Relações Internacionais do Governo do Estado de Roraima, em 19 de julho de 2007.

REFERÊNCIAS

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. **A diplomacia federativa**. 2001. 197 f. Tese (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) – Instituto Rio Branco, Brasília, DF, 2001.

DUCHACEK, Ivo D. Multicommunal and bicomunal polities and their international relations. In: _____. et al. (Eds.). **Perforated sovereignties and international relations**: trans-sovereign contacts of subnational governments. Connecticut: Greenwood Press, 1988.

_____. Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Eds.). **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

GUEDES, Sérgio Pillon. **A gestão dos assuntos internacionais no Estado de Roraima**. Boa Vista, julho de 2007. Entrevista concedida a Francisco Gomes Filho.

LESSA, José Vicente da Silva. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais**. 2002. 126f. Tese (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) - Instituto Rio Branco, Brasília, DF, 2002.

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. Questões subnacionais e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.

PEREIRA, José Alexandre Lopes. **Diplomacia federativa**: o escritório de representação do Itamaraty na cidade de São Paulo, motivações e perspectivas. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Eds.). **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. In: BROWN, Douglas; FRY, Earl (Eds.). **States and Provinces in the international economy**. California: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 1993.

